



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº /2022

(Do Sr. PEDRO UCZAI)

Requer que seja realizado pela Comissão de Legislação Participativa audiência pública relacionada a segurança pública básica municipal.

Senhor Presidente,

Senhor Presidente, requero a Vossa Excelência nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, seja aprovada audiência pública relacionada a segurança pública básica municipal, com os seguintes participantes:

-Reinaldo Monteiro da Silva

Presidente da AGM BRASIL – Associação Nacional de Guardas Municipais do Brasil

-Izdalfredo Ramatis Ismarin Bezerra de Menezes Nogueira

Presidente da ANAEGM - Associação Nacional de Altos Estudos em Guardas Municipais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 04/07/2022 11:49 - CLP

REQ n.66/2022

-Fernando Lourenço da Silva Neto.

Inspetor da Guarda Civil Municipal de Macapá.

Representante da CONNEGUAM - Comissão Norte e Nordeste de Guardas Municipais.

-Ramon Rodrigues Soares

Advogado e Vice-Presidente da AGM BASIL – Associação de Guardas Municipais do Brasil

-Carlos Alexandre Braga

Presidente do Conselho Nacional das Guardas Municipais - CNGM

JUSTIFICAÇÃO

A nossa Constituição Federal em seu artigo 6º lista vários direitos sociais e dentre eles está previsto a "SEGURANÇA", já no artigo 144 também da Constituição Federal o Constituinte foi claro em dizer que: "**SEGURANÇA PÚBLICA É DEVER DO ESTADO**", ou seja, não existe dúvidas de que Segurança Pública é um direito social do povo brasileiro e dever de todos os entes federativos cada um em sua esfera de atuação.

Recentemente o Brasil presenciou fatos lamentáveis protagonizados por agentes de segurança pública em vários estados brasileiros. O caso envolvendo a Polícia Rodoviária Federal em





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sergipe, a morte de diversas pessoas no Rio de Janeiro envolvendo órgãos policiais e em São Paulo também ocorreu violência policial promovida por Guardas Municipais durante abordagem a um cidadão,

São inúmeros casos espalhados pelo Brasil, portanto é urgente debatermos um novo modelo de polícia para o nosso país com foco na proteção e defesa social do cidadão e na formação dos agentes com ênfase na defesa dos direitos humanos com a efetiva e participação dos Municípios na garantia da **"SEGURANÇA PÚBLICA BÁSICA"** do cidadão com atuação precípua na prevenção e no policiamento comunitário.

Estudos, pesquisas, elaboração de projetos e propostas na área da segurança pública municipal, são fundamentais para que os municípios cumpram com seu dever previsto no artigo 6º e 144 da Constituição Federal com o devido alinhamento com as demais leis infraconstitucionais (Lei 13.022/14 e Lei 13.675/18) garantindo a "SEGURANÇA PÚBLICA BÁSICA", por meio de uma política de segurança pública nacional a partir dos municípios como base do Sistema único de Segurança Pública..

Diante do exposto, conto com o apoio dos meus ilustres pares para que seja aprovada audiência pública relacionada a segurança pública básica no nível municipal.

Sala da Comissão, de julho de 2022.

PEDRO UCZAI





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal PT-SC

Apresentação: 04/07/2022 11:49 - CLP

REQ n.66/2022



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221570668000>

